

## **Teoria do Capital Humano como possibilidade de desconstrução do humano, da natureza e do animal.<sup>1</sup>**

*Teoría del Capital Humano como posibilidad de desconstrucción del  
humano, de lá naturaleza y del animal.*

*Human Capital Theory as possibility of deconstruction of human, nature  
and animal.*

**Luiz Roberto dos Santos Corrêa Neto<sup>2</sup>**

### **Resumo**

A Teoria do Capital Humano é uma das principais normatividades do capitalismo neoliberal, orientando a vida dos sujeitos pelos seus pressupostos de que todos devem desenvolver constantemente habilidades e competências para acumular capital humano. Theodore Schultz, fundador dessa teoria, apresenta uma perspectiva de que o ser humano e suas capacidades são formas de capital que devem estar nos cálculos econômicos. De tal forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar as concepções de humano, animal e natureza subjacentes à Teoria do Capital Humano. A metodologia do trabalho consiste na realização de revisão bibliográfica a respeito da Teoria do Capital Humano, bem como de autorias do campo do pós-estruturalismo e pós-humanismo que sejam relevantes para a análise. Os resultados da pesquisa apontam que a Teoria do Capital Humano rompe com a divisão entre natureza e cultura, ao conceber todas as entidades biológicas como formas de tecnologia e, logo, como entidades que podem ser substituídas e modificadas. Essa caracterização, portanto, também é válida para o conceito de humano e animal. Em especial, o conceito de humano passa a operar como uma categoria tautológica: o humano é aquele que é capaz de ser mais humano, ou seja, de acumular mais capital humano. Diante disso, a pesquisa focaliza em um diálogo com Paul Preciado para buscar explorar as possibilidades de desconstrução das categorias de humano, natureza e animal a partir da Teoria do Capital Humano, compreendendo que a análise de Preciado em relação à teoria de John Money pode ser útil nesse contexto. Assim, o presente trabalho conclui que, apesar de reforçar o humanismo em vários aspectos, a Teoria do Capital Humano pode abrir uma janela de possibilidades para a desconstrução das categorias anteriormente citadas e fomentar movimentos de política dos anormais.

Palavras-Chave: Teoria do Capital Humano; Neoliberalismo; Humano; Animal; Natureza.

### **Resumen**

La Teoría del Capital Humano es una de las principales normatividades del capitalismo neoliberal, que guía la vida de las personas a través de sus supuestos de que todos deben desarrollar constantemente habilidades y competencias para acumular capital humano. Theodore Schultz, fundador de esta teoría, defiende que los seres humanos y sus capacidades son formas de capital que deben incluirse en los cálculos económicos. Esta investigación pretende, por tanto, analizar las concepciones de humano, animal y naturaleza subyacentes a la Teoría del Capital Humano. La metodología del trabajo consiste en una revisión bibliográfica de la Teoría del

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais; UFG; Goiânia, Goiás, Brasil; [luiz.roberto@discente.ufg.br](mailto:luiz.roberto@discente.ufg.br).

Capital Humano, así como de autores del ámbito del post-estructuralismo y del post-humanismo relevantes para este análisis. Los resultados de la investigación muestran que la Teoría del Capital Humano rompe con la división entre naturaleza y cultura al concebir todas las entidades biológicas como formas de tecnología y, por lo tanto, como entidades que pueden ser sustituidas y modificadas. Así, esta caracterización también es válida para el concepto de humano y animal. En particular, el concepto de humano empieza a funcionar como una categoría tautológica: el humano es aquel que es capaz de ser más humano, es decir, de acumular más capital humano. Ante esto, la investigación se centra en un diálogo con Paul Preciado para explorar las posibilidades de deconstruir las categorías de humano, naturaleza y animal de la Teoría del Capital Humano, dándose cuenta de que el análisis de Preciado de la teoría de John Money puede ser útil en este contexto. Así, este trabajo concluye que, a pesar de reforzar el humanismo en muchos aspectos, la Teoría del Capital Humano puede abrir una ventana de posibilidades para deconstruir las categorías mencionadas y fomentar movimientos de la política de los anormales.

Palabras-clave: Teoría del Capital Humano; Neoliberalismo; Humano; Animal; Naturaleza.

### **Abstract**

Human Capital Theory is one of the main normativities of neoliberal capitalism, guiding people's lives through its assumptions that everyone must constantly develop skills and competencies in order to accumulate human capital. Theodore Schultz, the founder of this theory, presents the view that human beings and their abilities are forms of capital that should be included in economic calculations. This research therefore aims to analyze the conceptions of human, animal and nature underlying the Human Capital Theory. The methodology of the work consists on a bibliographical review of Human Capital Theory, as well as authors from the field of post-structuralism and post-humanism who are relevant to the analysis. The results of the research shows that Human Capital Theory breaks with the division between nature and culture by conceiving all biological entities as forms of technology and, therefore, as entities that can be replaced and modified. This characterization is therefore also valid for the concept of human and animal. In particular, the concept of human starts to operate as a tautological category: the human is the one who is capable to be more human, in other words, to accumulate more human capital. In view of this, the research focuses on a dialog with Paul Preciado to explore the possibilities of deconstructing the categories of human, nature and animal from Human Capital Theory, understanding that Preciado's analysis of John Money's theory can be useful in this context. Thus, this paper concludes that, despite reinforcing humanism in various aspects, Human Capital Theory can open a window of possibilities for deconstructing the aforementioned categories and fostering movements of the politics of the abnormals.

Keywords: Human Capital Theory; Neoliberalism; Human; Animal; Nature.

## **1. Introdução.**

A Teoria do Capital Humano propõe que a ciência econômica não deve desconsiderar os investimentos que os sujeitos humanos fazem neles mesmos, o que, segundo Theodore Schultz, compõe o capital humano pessoal dos indivíduos (SCHULTZ, 1959). Esta teoria, mais do que apenas uma teoria dentre outras no campo das ciências econômicas, tornou-se uma normatividade na sociedade neoliberal (LÓPEZ-RUIZ, 2004). De tal forma, o cotidiano dos sujeitos é atravessado pelos ideais desta teoria, mesmo que estes nunca tenham tomado conhecimento a respeito da existência da Teoria do Capital Humano e nem mesmo saibam o que é um capital humano. Sendo assim, é fundamental compreender quais as implicações que tal teoria tem, visto que, tendo se tornado normativa, ela tem um enorme potencial de

reconfigurar certos conceitos, como é o caso do conceito de humano, central no seu desenvolvimento.

Considerando isso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as concepções de humano, natureza e animal que estão subjacentes à Teoria do Capital Humano. Por se tratar de uma pesquisa de âmbito teórico, sua metodologia restringe-se à revisão bibliográfica a respeito da Teoria do Capital Humano, bem como de autorias que sejam intérpretes desta teoria. Além disso, destaca-se a relevância do estudo de autores e autoras que não têm relação direta com a Teoria do Capital Humano, mas cujas teorias podem ser caixas de ferramentas importantes para esse contexto, com destaque para aqueles e aquelas autoras do campo do pós-humanismo.

A hipótese da pesquisa é de que a Teoria do Capital Humano apresenta uma concepção de humano e animal distinta da biologia, bem como uma concepção de natureza que rompe com a divisão natureza/cultura. Essa hipótese, até o presente momento da pesquisa, tem se confirmado, como demonstram os resultados apresentados adiante. Porém, cabe ainda um estudo mais rigoroso e profundo na Teoria do Capital Humano e nos seus impactos, de forma a aprimorar as conclusões aqui apresentadas. De tal forma, esse texto corresponde a resultados ainda preliminares, carecendo de desenvolvimentos posteriores.

## **2. Neoliberalismo e governamentalidade neoliberal: uma breve aproximação ao tema.**

Entender a formação contemporânea do conceito de humano exige compreender que, sendo o humano uma “norma de poder” (GONZÁLEZ, 2019), ele não se desvincula de um contexto social e político que o gesta. O mesmo vale para o conceito de natureza, que surge em oposição à cultura, tida como propriamente humana, e o conceito de animal, que também se constitui em oposição ao humano (COELHO, 2021). De tal forma, é necessário uma breve aproximação a respeito das implicações do capitalismo “pós-fordista” ou “neoliberal”, fase atual do capitalismo que irá gestar a formação contemporânea desses conceitos. Ambas as nomenclaturas dizem respeito a uma determinada forma de gestão e funcionamento dos mecanismos de produção e reprodução do capital que se constitui, principalmente, a partir das décadas de 1970 e 1980, como resposta à crise econômica e social do regime fordista de acumulação do capital (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 187).

Ao contrário de uma perspectiva que considera o neoliberalismo como uma ideologia, da qual decorre certos tipos de política pública, este artigo parte da premissa de Dardot e

Laval (2016), que entendem o neoliberalismo como: uma racionalidade pautada na generalização da concorrência como uma norma social; e uma governamentalidade que se utiliza da própria liberdade dos sujeitos para efetivar suas técnicas de condução do comportamento. De tal maneira, ressoa-se, também a análise de Deleuze (1992), de que o capitalismo pós-fordista se constitui não como uma sociedade disciplinar, mas como uma sociedade de controle.

Segundo esse autor, a diferença da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle está no fato de que essa última não é baseada em espaços e tempos fixos de disciplinamento (escola, família, hospital, prisão), mas em “moldagens auto-deformantes” de controle que se adequam a cada momento e sujeito (DELEUZE, 1992). Essa forma de controle, muito mais abstrata e intangível – como uma espécie de gás ou alma (DELEUZE, 1992) – é baseada não tanto no disciplinamento dos corpos, mas em uma gestão dos desejos dos sujeitos, de modo a lhes fazer desejar a sujeição (DARDOT; LAVAL, 2016). O ruir da estrutura hierárquica centralizada significou, assim, um aumento do controle sobre os trabalhadores – o que também se deve, em partes, aos avanços dos sistemas de informação (FISHER, 2020).

Gilles Deleuze também pontua que a fábrica, como espaço e como modo de subjetivação, vem sendo cada vez mais substituída pela empresa (DELEUZE, 1992). A empresa se torna uma norma com a qual as subjetividades devem se adequar: os sujeitos têm de agir como empresas a fim de estimular o empreendedorismo que carregam dentro de si (DARDOT; LAVAL, 2016, p.144). Assim, a sociedade neoliberal é pautada na concorrência generalizada entre sujeitos micro-empresas, que são marcados por um governo de si e por uma ascense extremamente rigorosa na busca por maior eficiência e eficácia (DARDOT; LAVAL, 2016).

É através da figura da empresa que o neoliberalismo utiliza da liberdade individual como forma de governamentalidade (DARDOT; LAVAL, 2016), transformando os sujeitos em responsáveis pelas mazelas sociais que lhes acometem, bem como por todo seu sucesso e fracasso, visto que eles são apenas empresas concorrendo com outras empresas (LÓPEZ-RUIZ, 2009, p. 227). No capitalismo pós-fordista, dessa maneira, a empresa se torna uma substância ontológica do ser social (COSTA, 2009, p. 174), a única forma de inteligibilidade da conduta humana (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191). Porém, há mais um

elemento fundamental nessa mudança na imagem do humano: toda empresa acumula algum capital e, dessa forma, o capital acumulado pelos sujeitos micro-empresas é o capital humano.

### **3. O humano como capital e a Teoria do Capital Humano.**

A Teoria do Capital Humano se pauta nas ideias de Theodore Schultz, economista que, em 1959, propôs, em sua apresentação intitulada “Investimento no homem: a visão de um economista”, que seres humanos também são uma forma de riqueza que não deve ser desconsiderada pelo cálculo econômico, constituindo-se como fator explicativo importante da riquezas das nações (SCHULTZ, 1959).

Tal ponto de inflexão em relação às demais teorias econômicas de sua época foi possível, porque Schultz concebia o ser humano como um conjunto de características que o difeririam de outros seres e, dentre elas, haveria habilidades e competências de interesse para a economia (LÓPEZ-RUIZ, 2009a, p. 136). O investimento dos sujeitos no seu capital humano, portanto, seria, sobretudo, o investimento nessas habilidades e competências valorizadas pelo mercado.

Assim, segundo essa teoria, as habilidades e competências são abstraídas dos indivíduos concretos e se tornam valor de troca, se alinhando a um fim externo a elas na forma de capital humano (COSTA, 2009), ou seja, essas características se comportam como mercadorias, tal como descrito por Karl Marx, em O Capital (2011a). O próprio sujeito humano, ao acumular o capital humano na forma das habilidades que ele conquistou, também tem suas particularidades negadas, se tornando uma universalidade abstrata, um depósito de habilidades que pode entrar na relação mercantil. De tal maneira, ele se torna homogêneo, remontando ao processo de equivalência geral descrito por Marx (2011a): o equivalente geral é a forma-valor que é destituída de corpo, que tem suas características e particularidades completamente negadas para que seu valor de uso se torne seu valor de troca.

O humano transformado em capital é, assim, um acúmulo de valores de troca (habilidades/competências) destituído de qualquer outra substância ontológica que o defina como humano senão o fato de ser acumulador dessas características. A cada curso que faz, a cada nova relação, a cada consumo que se configura como investimento (SCHULTZ, 1959), esse sujeito se vê compelido a tomar a si mesmo, simultaneamente, como empresa que gere seu capital humano e como o próprio capital humano.

Assim, a Teoria do Capital Humano conseguiu flexibilizar o conceito de capital, ao torná-lo muito mais abrangente, incluindo as formas de capital humano e não-humano (LÓPEZ-RUIZ, 2009b, p. 227), bem como conseguiu ampliar a abrangência da economia, que deixa de ser uma ciência que estuda a produção, distribuição e consumo das mercadorias, tal como apontado por Marx (2011b), e passa a ser a ciência do comportamento humano (LÓPEZ-RUIZ, 2009a, p. 128). Porém, mais do que um conhecimento científico a respeito do comportamento humano, a Teoria do Capital Humano atuou decisivamente na formulação de uma nova ordem de valores, se constituindo como uma normatividade no capitalismo pós-fordista. O que interessa a esse texto é como essa ciência normativa modificou não apenas o conceito de capital e de economia, mas também os conceitos de humano, animal e natureza.

#### **4. Breves considerações sobre a concepção de humano, natureza e animal na Teoria do Capital Humano.**

##### **4.1. A concepção de natureza.**

Há, mesmo que de forma implícita, uma teoria da natureza presente na Teoria do Capital Humano. Essa teorização sobre o estatuto da natureza sofre modificações ao longo do próprio desenvolvimento intelectual de Schultz, que inicia considerando que existem habilidades inatas (da natureza) e habilidades desenvolvidas (fruto de investimento humano) e essas últimas seriam de muito maior interesse econômico (LÓPEZ-RUIZ, 2009a, p. 129). Essa concepção, que reproduz de maneira bem evidente a distinção natureza/cultura, é substituída por outra mais complexa, em decorrência da forma como Schultz conceitualiza a tecnologia.

Schultz critica a concepção de outros economistas que limitam o conceito de tecnologia aos “bens de capital” – estruturas e equipamentos –, desconsiderando as mutações técnicas da terra e do ser humano (LÓPEZ-RUIZ, 2009a, p. 133). Assim, esse economista propõe que entidades biológicas como animais, plantas e outros organismos, que eram vistos como itens de receita e de energia no processo de produção, sejam vistos como tecnologia, já que podem ser substituídos e modificados (LÓPEZ-RUIZ, 2009a, p. 134). Assim, por meio da normatividade da Teoria do Capital Humano, talvez já estejamos operando, em nosso cotidiano, com uma compreensão da natureza que se assemelha muito mais à proposta

deleuzo-guattariana de natureza como fábrica (DELEUZE; GUATTARI, 2010) do que a concepção de natureza do humanismo clássico.

A própria tecnologia para Schultz se torna uma unidade de capital e, ao fazer isso, ele busca determinar o valor econômico de qualquer entidade que contribua para a produção, demandando o desenvolvimento de instrumentos de medida e quantificação que possibilitem tal empreitada (LÓPEZ-RUIZ, 2009a, p. 137). Assim, a terra, animais, plantas e humanos, sendo formas de capital e tecnologia, devem ser compreendidos a partir de termos quantitativos. Um dos perigos dessa concepção é o fato de todas as entidades biológicas estarem sujeitas à mutação técnica e, portanto, a serem substituídas – já que a única distinção ontológica entre essas entidades passa a ser medida em termos quantitativos.

Isso ressoa concepções contemporâneas no campo da biotecnologia de que a “biologia é tecnologia” (JOHNSTON, 2019). E se a biologia é tecnologia, logo os humanos também são tecnologia. Portanto, o que diferencia o humano do não-humano? A análise de Justin Omar Johnston (2019) a respeito do livro *Oryx and Crake*, de Margaret Atwood, pode indicar um caminho para reflexão: no livro, um menino recebe, horrorizado, a notícia de que animais de confinamento eram queimados vivos por desenvolver uma tosse e teme que o mesmo fosse acontecer com ele pelo fato de já ter tido uma tosse. O cômico da situação é um lembrete a esse personagem de que, em uma sociedade neoliberal, caso ele não seja capaz de manejar as vicissitudes de seu corpo, ele pode ser extinguido como os animais (JOHNSTON, 2019, p. 99).

Essa história demonstra que, no capitalismo neoliberal, a diferença entre humanos e outras espécies está na suposta capacidade dos primeiros de ter o controle sobre o próprio corpo (empresa) e melhorá-lo a fim de acumular mais capital humano e não “ficar para trás”. O “humano” do capital humano diz respeito justamente a essa capacidade, supostamente única do humano, de se modificar de forma consciente com rapidez formidável. Porém, quando isso não é alcançado e o humano perde controle de seu corpo, ele cai no vale da animalização (JOHNSTON, 2019).

Portanto, considerando que humano e não-humano são expressões de algo comum – o fato de serem tecnologias –, a concepção do que é humano na Teoria do Capital Humano e, conseqüentemente, no cotidiano neoliberal é tautológica: o humano é aquele que detém a capacidade de tornar-se humano e, sucessivamente, tornar-se mais humano. Logo, o humano se transforma em um objetivo, um vir a ser. O humano neoliberal do capital humano está



sempre se tornando humano sem, contudo, conseguir ser humano por completo. (JOHNSTON, 2019, p. 26)

#### **4.2. Não se nasce humano, torna-se humano.**

Como supracitado no subtópico anterior, a concepção de humano na Teoria do Capital Humano é a do “nunca-humano-o-suficiente”, o que leva a uma reconfiguração das formas de pertencimento à categoria de humano, pois ela se torna uma categoria aspiracional, ou seja, está sempre fora de alcance e quem a busca mergulha cada vez mais fundo no processo de humanização. Esse processo de humanização é o processo de acumular mais capital humano, acumular mais habilidades (JOHNSTON, 2019, p. 14) – como vimos, quanto mais capital humano, mais humano se é.

A técnica, enquanto transformação da natureza para satisfação de determinados fins (humanos) (COELHO, 2021, p. 108), sempre foi um critério supremacista para gerar hierarquias: quanto mais se domina a técnica, mais humano se é (COELHO, 2021, p. 107). Porém, quando o humano se torna uma tecnologia modificável, ele é convertido ao local da técnica, ou seja, se torna um meio para um fim. Assim, ele não é mais um objetivo em si mesmo, como no humanismo clássico: nosso objetivo, enquanto sujeitos neoliberais, não é nos tornarmos (mais) humanos apenas. Tornar-se humano é um meio para outro fim, para a busca por um benefício além, proporcionado pelo acúmulo de capital humano (LÓPEZ-RUIZ, 2004, p. 33).

As justificativas morais humanistas podem tentar encobrir isso, mas há um campo de pesquisa e intervenção da sociedade contemporânea que não nos deixa dúvida quanto ao papel técnico do humano: a biotecnologia. A urgência de acumular mais capital humano leva à mudança do corpo por meio de investimentos pessoais em biotecnologia (JOHNSTON, 2019, p. 14). Inclusive, investimentos que podem se dar antes sequer do indivíduo nascer, visto que se a genética consegue identificar indivíduos em risco por sua ascendência, bons equipamentos genéticos podem entrar no cálculo econômico do capital humano (LÓPEZ-RUIZ, 2009a, p. 132) e, assim, transforma-se a genética em campo de intervenção tecnológica na busca por capital humano.

Dessa forma, o humanismo atual vem abraçando gradualmente o transumanismo, mas um transumanismo que parte de uma perspectiva de futuro que se apresenta como radicalmente determinado pela competição econômica (JOHNSTON, 2019, p. 15). O humano



se tornou, assim, uma categoria alcançável por meio de investimentos tecnológicos (JOHNSTON, 2019, p. 25-26). Todavia, se tornou um “sempre porvir”, em que nunca alguém é completamente humano (JOHNSTON, 2019, p. 14).

Essas biotecnologias também representam a passagem, anteriormente assinalada, de uma sociedade baseada nas instituições disciplinares para uma sociedade do controle. Isso se dá pelo fato de elas poderem ser consideradas formas *mobile* de controle dos corpos que vão para muito além de muros de qualquer instituição (JOHNSTON, 2019, p. 14). Assim, as biotecnologias também podem ser consideradas partes da nova burocracia, que se forma no regime neoliberal, que se assemelha ao processo de “deferimento”, descrito por Kafka em O processo – em que o processo contra o acusado continua e ele nunca é inocentado, mas há um esforço constante para que não seja condenado (KAFKA, 2018, p. 199). Nessa burocracia neoliberal, portanto, tal como no conto de Kafka, os trabalhadores (eternamente aspirantes a humanos) são seus próprios auditores e vivem sob a perpétua ansiedade de quem está no panóptico (FISHER, 2020).

#### **4.3. O neoliberalismo é um humanismo.**

Percebe-se, dessa maneira, que a Teoria do Capital Humano provoca uma mudança substancial na forma de conceber o humano e também a natureza: as barreiras entre um e outro são borradas ao serem ambos concebidos como tecnologias. Porém, como vimos, essa teoria corrobora com formas de controle e manutenção de hierarquias. A partir disso, é perceptível que o neoliberalismo opera, a partir da Teoria do Capital Humano, ainda segundo os moldes do pensamento humanista, que é pautado em uma suposta excepcionalidade humana. O humanismo, mais do que uma vertente ideológica específica, se configura como um saber/poder que estrutura o funcionamento da sociedade moderna, a partir da produção da diferença entre humano e não humano. Assim, tudo que é excluído da categoria de “humano” se torna passível de ser subalternizado (GONZÁLEZ, 2019).

Apesar das pretensões supostamente universalistas do humanismo, o humano pode ser compreendido como uma norma de poder, uma “ficção negociável”, que desenha seus limites a partir da exclusão de múltiplas formas de vida, como mulheres, pessoas com deficiência, pessoas racializadas, trans e travestis, dentre outros seres que são submetidos ao processo de desumanização (GONZÁLEZ, 2019, p. 46). O humano se constrói a partir de uma oposição fundamental em relação ao animal e à natureza, mas, mesmo que esses grupos de pessoas

citados sejam biologicamente marcados como humanos, se situam nos limites do que pode ser considerado como humano e, em decorrência disso, são submetidos a inúmeras exclusões (GONZÁLEZ, 2019, p. 46).

Todos esses e demais seres, como animais, plantas e pedras, que são excluídos em diferentes medidas da categoria de “humano”, passam por um processo de homogeneização de suas singularidades para que possam se tornar *recursos* disponíveis. Isso se dá por meio de técnicas e discursos que fabricam as vidas não-humanas/menos-que-humanas como mercadorias – Denise Ferreira da Silva nos lembra que a atividade realizada por negros e outros escravizados durante a colonização sequer era considerada trabalho: era pura matéria-prima, ou seja, tudo o que o escravizado produzia já estava contabilizado em seu corpo-mercadoria (SILVA, 2019, p. 62-63).

É evidente como o capitalismo neoliberal opera segundo essas lógicas, garantindo acesso privilegiado à posição supremacista de humano a um grupo bastante seletivo de sujeitos: homens cis, heterossexuais, biologicamente marcados como humanos, sem deficiência, brancos e, especialmente, europeus e/ou estadunidenses. Esse grupo seletivo, que Audre Lorde (2019, p. 248) denominou de “norma mítica”, é o que possui mais vantagens na corrida pelo acúmulo de capital humano e, portanto, está sempre um passo à frente no processo de humanização. É evidente, também, como tudo o que destoa dessa categoria de humano é subalternizado e sofre com opressões que se retroalimentam e se co-constituem (KERGOAT, 2010, p. 94). De tal forma, não se deve ter dúvidas: o neoliberalismo é um humanismo.

Mas, como demonstrado acima, o humanismo neoliberal é, também, um transumanismo. Nesse sentido, a Teoria do Capital Humano permite ao neoliberalismo dar um passo além na cena do humanismo, ao superar a fixidez que a biologia deu à categoria de humano e torná-la ainda mais excludente. Estamos lidando com uma teoria altamente normativa e que se constitui a partir da superação da categorização fixa de espécie da biologia, considerando as diferenças sempre já inscritas em termos tecnológicos e quantitativos. Trata-se, portanto, de um transumanismo que superou as barreiras de espécie da biologia – que sempre foram racializadas e generificadas (GONZÁLEZ, 2019, p. 57) –, mas manteve o humano como norma de poder.

#### **4.4. Concepção de animal.**

Até o momento, foram abordadas as concepções de humano e natureza na Teoria do Capital Humano. Porém, há mais uma figura relevante para ser abordada: os animais. Partindo da divisão natureza/cultura, está muito nítido que os animais foram relegados ao espaço da natureza – e, portanto, da imutabilidade, da ausência de cultura (COELHO, 2021). Porém, a categoria de animal tem a particularidade de englobar, do ponto de vista da biologia, os humanos – mesmo que Humano e Animal se contrastem enquanto pólos opostos de uma relação de poder. Não é mera coincidência que haja uma enorme quantidade de pesquisas científicas que buscam testar as similaridades e diferenças entre animais não-humanos e a nossa espécie, com destaque para as pesquisas com macacos, como demonstra Despret (2021).

De tal forma, é relevante pensar as implicações da Teoria do Capital Humano também para a categoria de animal. Essa teoria não diz nada a respeito dessa categoria, ao contrário das duas categorias anteriores, sendo necessário, portanto, recorrer a outras fontes. E a escolha realizada neste artigo foi a de dialogar com um texto do início do século XX: um relato para uma academia, de Franz Kafka (s.d.). De fato, é uma escolha estranha utilizar um texto e um autor de um contexto tão distinto para abordar esse tema, mas Dardot e Laval (2016), bem como Mark Fisher (2020), já demonstram a estranha atualidade do pensamento de Kafka para desvendar a distopia neoliberal.

Este breve texto de Kafka tem como personagem principal Pedro Vermelho, um ex-símio, que conseguiu atingir o estatuto de humano, após aprender a arte da imitação. Pedro narra a história de quando foi capturado e transportado em um navio e afirma que, naquele momento, a única opção para manter sua liberdade era se atirar ao mar. Porém, ele vislumbra uma opção de escapar, mas sem liberdade: imitar os humanos que o encarceravam. Com isso, Pedro humanizou-se e foi (quase) admitido na sociedade humana, tendo angariado alguns privilégios decorrentes dessa nova posição.

Porém, como aponta Preciado (2022, p. 281), Pedro demonstra que sua humanização não foi uma forma de emancipação, mas um processo doloroso, que o levou a se tornar alcoólatra. Os paralelos da história com os impactos do processo colonial sobre os sujeitos colonizados (e desumanizados) são evidentes, reforçando a perspectiva que compreende o humano como uma norma de poder, mais do que uma categoria universal passível de ser descrita e classificada por meio de uma taxonomia fixa.

O que mais interessa nesse conto de Kafka para as reflexões sobre o estatuto da categoria de animal na Teoria do Capital Humano é justamente o processo de humanização pelo qual Pedro passou. Conforme o supracitado a respeito da categoria de humano ter se tornado uma categoria aspiracional, constituída por habilidades e competências, e considerando que isso promove uma ruptura com a fixidez da categorização biológica de humano, resta uma importante pergunta: e se os animais também forem capazes, tal como Pedro Vermelho fez, de se humanizar, ao acumularem habilidades e competências?

Para tanto, talvez não seja preciso de instituições totais de confinamento nos moldes fordistas, nem navios de colonização, de modo a forçar animais a imitar o humano, assumindo para si a vontade de entrar na espiral sem fim da humanização. Casos semelhantes ao de Pedro, em que animais imitam comportamentos supostamente humanos para obter vantagens são inúmeros e presentes tanto em experimentos científicos quanto em ambientes não controlados – nos quais, no geral, há muito mais espaço para a criatividade desses agentes –, como demonstra Despret (2021).

Porém, o que talvez seja mais interessante e que corresponda mais às atuais formas de controle moleculares é a questão do melhoramento genético. Como visto anteriormente, a biotecnologia é um dos campos com maior potencial para a economia e o melhoramento genético de animais não-humanos feito em laboratório já ocorre há décadas e, de fato, constituiu-se como um negócio muito lucrativo: porcos resistentes a doenças, vacas produzindo leites cada vez melhores e assim por diante (BEEFPOINT, 2010). Porém, há um outro lado desse processo: quando o ser humano se torna uma categoria aspiracional, animais geneticamente modificados para possuírem habilidades e competências valorizadas pelo mercado entram na corrida da humanização.

Isso não significa que esses animais – animais de produção, em geral – não sejam marginalizados e oprimidos e muito menos que esse processo de humanização traga muitos benefícios para eles para além da perpetuação da espécie – enquanto ela for interessante para a acumulação de capital. A saga de humanização desses animais se assemelha muito a de Pedro Vermelho em suas dores de perder seu habitat e seus costumes para viver como estrangeiro em uma terra estrangeira, com a exceção de que trata-se de uma humanização forçada nos genes, muito antes desses animais sequer nascerem.

É preciso salientar que, de fato, considerar esses animais como humanizados e como concorrentes à categoria de humano é uma interpretação que vai para além do que Theodore

Schultz teorizou, já que a Teoria do Capital Humano reserva uma atenção especial à questão da intencionalidade dos sujeitos no investimento pessoal em seu capital humano, como demonstra o próprio discurso de Schultz (1959). Porém, se abandonarmos essa centralidade – evidência do humanismo deste autor –, talvez possamos compreender que, na corrida pela categoria de humano, um ser biologicamente humano que investe em cursos de aperfeiçoamento e uma vaca geneticamente modificada estejam mais próximos entre si do que de uma pessoa biologicamente humana em situação de desemprego e que não realiza investimentos periódicos no seu capital humano. Esta última alcançou uma condição de inexistência perante os “olhos” do capital, da qual mesmo a vaca, explorada até a exaustão, conseguiu escapar, já que recebe investimentos constantes como “recompensa” pelo seu investimento em capital humano, impresso nos seus próprios genes.

As consequências disso ainda precisam ser melhor estudadas e de, forma alguma, objetiva-se, aqui, realizar uma escala para medir graus de opressão, mas apontar tendências que podem se desdobrar em diversas consequências não completamente previsíveis. Indo para além da divisão entre humano, animal e natureza, é possível questionar ainda se máquinas e Inteligências Artificiais não entram, também, nessa corrida pelo estatuto de humano.

### **5. Paul Preciado lê: Theodore Schultz.**

Elegeu-se, neste trabalho, Paul Preciado como um interlocutor privilegiado para pensar a Teoria do Capital Humano, apesar de ele nunca ter escrito a respeito dessa teoria. Essa escolha, aparentemente insensata, se justifica por um motivo: as análises de Preciado (2014) a respeito de John Money se mostraram fecundas para a compreensão das implicações da teoria de Theodore Schultz.

Assim como Schultz inaugura uma nova era na economia e na compreensão do ser humano, Money inaugura uma nova era nas práticas médicas a respeito do sexo e sexualidade, como aponta Preciado (2014). Essa nova era, que Preciado denominou de pós-moneísmo, é marcada por uma compreensão de que é possível modificar o gênero e a identidade sexual até os 18 meses de idade (PRECIADO, 2014, p. 132). Money, chave para os tratamentos que buscam adequar pessoas intersexuais à normatividade heterossexual e cisgênero, é usado à contrapelo por Preciado: o autor espanhol indica que, no seio de uma das teorias da medicina com consequências mais perversas e que mais reforça o binarismo e a heterossexualidade, se encontra uma concepção construtivista de gênero (PRECIADO, 2014, p. 132).

Para coibir a ameaça que os bebês intersexuais representam para a normatividade heterossexual/cisgênero do corpo (PRECIADO, 2014, p. 131) – e mesmo que ainda recaindo no pressuposto moderno de que o corpo e a biologia guardam uma verdade última (PRECIADO, 2014, p. 157) –, essa teoria aponta para uma concepção de sexo e gênero como sendo construções tecnológicas. Isso, por sua vez, permite analisar como o sexo é uma construção de dominação heterossexual (PRECIADO, 2014, p. 25) que produz corpos sexuados e organizados de forma propriamente humana (PRECIADO, 2014, p. 130-131).

Isso leva à concepção que Preciado tem do sexo e gênero como prótese (PRECIADO, 2014, p. 130), isto é, como uma tecnologia que produz os corpos ao fixar certas características e diferenças nesses corpos (PRECIADO, 2014, p. 154) e fazê-las passar por naturais (PRECIADO, 2014, p. 166). Assim, ele entende que o sexo e gênero são tecnologias biopolíticas (PRECIADO, 2014, p. 79) que constituem o que ele denominou de sexopolítica, ou seja, a formas de ação biopolítica que faz o sexo entrar no cálculo do poder (PRECIADO, 2011, p. 11).

A esse processo de desconstrução do sexo, Preciado dá o nome de contrassexualidade (2014). A contrassexualidade é definida por ele como o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de corpos e que deve ser substituída por um contrato contrassexual que evidencie o caráter tecnológico e prostético dos sexos e gêneros (PRECIADO, 2014, p. 21). Porém, ela não apenas anuncia um mundo por vir: ela “lê as marcas daquilo que já é o fim do corpo, tal como este foi definido pela modernidade” (PRECIADO, 2014, p. 24) nos próprios textos e práticas modernas. Percebe-se, assim, que mais do que uma mera desconstrução do sexo, a contrassexualidade também é uma contratextualidade, ou seja, é uma leitura-escritura que assume que toda leitura é também tradução e produção e, dessa forma, possibilita produzir desvios de rota (BOURCIER, 2014, p. 12-13).

Essa análise nos importa, pois, tal como Preciado produziu desvios de rotas em relação às intencionalidades de Money ao produzir sua teoria, mostrou-se possível realizar o mesmo em relação a Schultz. Assim como o sexo para Money, é possível dizer que Schultz e a Teoria do Capital Humano partem de uma concepção de humano como algo passível de ser atingido por meio de intervenções, como demonstrado anteriormente.

Há, dessa forma, uma aproximação inusitada entre a Teoria do Capital Humano e as teorizações de Paul Preciado (2014), que aponta que o que se entende por Natureza é, na verdade, uma produção tecnológica e, portanto, passível de ser modificada e subvertida. O

que está em jogo em ambas as teorizações é uma superação da própria divisão entre natureza e cultura.

Diferentemente de Money, contudo, Schultz não remete a uma verdade biológica anterior, rompendo com a divisão entre corpo natural e estruturas sociais e tecnológicas. Essa perspectiva de Schultz é compartilhada pela própria biotecnologia, que já ignora as diferenças entre orgânico e mecânico (PRECIADO, 2014, p. 157-158). De tal maneira, ainda que Schultz, a Teoria do Capital Humano e o neoliberalismo reforcem o humano como norma de poder, também abrem caminho para compreensão do humano, em específico, e das espécies, de forma geral, como construções tecnológicas, como próteses que constroem os corpos humanos e não-humanos a partir de determinada inteligibilidade sempre já dada.

Preciado aponta como a “atribuição de sexo” é um tipo de mesa de operações abstrata que antecede, inclusive, as intervenções cirúrgicas (PRECIADO, 2014, p. 128). De tal forma, também é possível pensar o processo de especiação como uma mesa de operações abstrata, que fundamenta determinada inteligibilidade dos corpos, ao mesmo tempo em que também gera os corpos monstruosos, isso é, aqueles corpos que fogem dessa totalidade do corpo organizada pelos marcos da espécie. Inclusive, Preciado demonstra haver uma relação entre a organização sexual do corpo e a noção de humanidade, ao apontar como apenas o corpo que garante a coerência sexual é um corpo propriamente humano: “um corpo sem sexo é monstruoso” (PRECIADO, 2014, p. 128).

Porém, essa produção de determinado corpo não se dá apenas por meio da repressão: sexo, gênero e sexualidade não se formam apenas por técnicas repressivas que impedem nossos desejos, mas também como efeitos de um conjunto de tecnologias produtivas (PRECIADO, 2014, p. 156) e o mesmo pode ser dito em relação à categoria de humano. Portanto, a forma mais efetiva de produção dessas identidades é “a produção de diferentes desejos e prazeres que parecem derivar de predisposições naturais”(PRECIADO, 2014, p. 156).

Preciado (2014, p. 143-144) aponta que, a partir da década de 1950, o modelo de sexualidade que impera é o modelo sexo = performance sexual = pênis, um paraíso de pênis eretos em que parece haver uma transformação de qualquer valor econômico em sinônimo de virilidade e desempenho sexual. De forma semelhante, o modelo do humano na Teoria do Capital Humano e que se torna o herói e semideus neoliberal é o atleta. Em cima desse modelo se construiu todo um discurso que elevou a competitividade e a concorrência como



uma normatividade e “naturalizou” o dever do desempenho e do gozo cada vez melhor (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346).

A partir desse duplo modelo (o atleta masculino de pênis ereto), o indivíduo se vê obrigado a “dar-se um corpo tal que ele possa ir sempre além de suas capacidades atuais de produção e prazer” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 349). É através dessa produção de desejos e prazeres que não apenas o gênero é conformado na atualidade, mas também a própria noção de humano: há um desejo cada vez mais intenso de acumular mais capital humano para ser mais humano e gozar cada vez mais. Dessa maneira, a governamentalidade neoliberal age por meio da “liberdade” dos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016) e produz os corpos.

Preciado ainda aponta como o dildo serviu de suplemento, produzindo o que supostamente deveria completar: “Isso indica uma história da sexualidade enquanto tecnologia, em que desejo, excitação sexual e orgasmos derivam de uma tecnologia sexual” (PRECIADO, 2014, p. 23). Como demonstrado, a Teoria do Capital Humano pensa o humano e quaisquer outras entidades biológicas como formas de tecnologia, mas o que não está explícito nas suas formulações é que o próprio capital humano pode ser lido como uma espécie de tecnologia, como uma prótese capaz de gerar prazer, um suplemento que produz o corpo humano que deveria completar.

Isso torna as análises de Preciado sobre o dildo ainda mais interessantes para pensar o capital humano. Esse autor aponta como o dildo induz um processo de desconstrução da ordem heterocentrada ao se voltar contra o corpo, desorganizando-o, contrassexualizando-o (PRECIADO, 2014, p. 84). Sendo a contrassexualidade uma teoria do corpo que rejeita binarismos e oposições (PRECIADO, 2014, p. 22-23), talvez seja possível pensar um *contraespecismo*, enquanto teoria do corpo que rejeita os binômios humano/natureza e humano/animal e uma prática subversiva que se pauta nos potenciais do capital humano de *contraespeciar* o humano.

## **6. A Teoria do Capital Humano como abertura para a *contraespeciação*.**

Paul Preciado aponta que a pauta mais urgente não deve ser defender o que somos, mas desobedecer as normas de sexo e gênero, o que implica desobedecer as normas do humano e o pressuposto da espécie como norma de reconhecimento (GONZÁLEZ, 2019, p. 65). A noção de espécie e, principalmente, a noção de humano organizam a visibilidade dos corpos e, portanto, desobedecer a isso parece impossível.

Nesse sentido, é fundamental reivindicar o impossível. Pode-se constatar que o conceito de humano enfrenta uma crise provocada, dentre outros fatores, pela Teoria do Capital Humano, a partir da qual esse conceito ganha em plasticidade e capacidade normativa e, simultaneamente, se torna cada vez mais inalcançável e, por sua própria plasticidade, é infestado por buracos de minhoca que abrem caminhos para novos mundos possíveis: mundos não-humanos. Como aponta Fisher, são, justamente, em momentos de crise que o politicamente impossível se torna politicamente inevitável (FISHER, 2020). Foi assim que, em meio à crise do fordismo, os ideais neoliberais, até então tidos como politicamente impossíveis, se tornaram inevitáveis. (FISHER, 2020, p. 142-143). Portanto, diante da crise do humano, é fundamental alimentar as ideias circulantes com novas ideias: no caso, com a crítica ao próprio conceito de humano.

De tal forma, a própria Teoria do Capital Humano pode fornecer elementos fundamentais para a crítica ao humano. Não se trata de imaginar que a Teoria do Capital Humano, por si só, é pós-humanista ou promove uma desconstrução completa do humano. Como abordado anteriormente, tanto Schultz quanto o próprio neoliberalismo reforçam em muitos sentidos o humanismo. A relevância da Teoria do Capital Humano está no fato de, assim como Money produziu colateralmente uma crise no conceito de sexo, Schultz é um dos responsáveis por essa crise no conceito de humano e uma leitura contraespecista da Teoria do Capital Humano pode apontar direções interessantes.

Essa leitura contraespecista é, em termos gerais, a leitura que vem sendo apresentada ao longo do artigo – a de que a Teoria do Capital Humano permite analisar humano, animal, natureza e o próprio capital humano como construções tecnológicas e o prostéticas. Uma das vantagens políticas de tal leitura é que tudo o que é proteticamente construído também pode ser desconstruído (PRECIADO, 2014, p. 163). A desconstrução é um movimento autoimune, ou seja, ataca, desmantela a partir do interior de um dado pensamento: ela é o movimento do pensamento contra ele mesmo (COELHO, 2021, p. 17), indo para além dos limites de um pensamento e depois retornando para mostrar que todo “para além dos limites” ocorre no interior de um pensamento (COELHO, 2021, p. 18). Considerando a alta capacidade normativa da Teoria do Capital Humano, pensar a desconstrução voltando os seus pressupostos contra si mesma oferece um alto potencial.

De tal forma, cabe retomar à questão do corpo: se o capital humano produz retroativamente o corpo humano e produz, de forma colateral, também o corpo monstruoso

não-humano, cabe a pergunta: que corpo é esse? Um dos corpos anormais e monstruosos que o capital humano produz é o corpo do vagabundo. Como dito anteriormente, talvez haja uma proximidade maior entre a vaca geneticamente modificada e um empreendedor de si do que de um vagabundo.

Dialogando com a longa tradição do humanismo, que enxerga no trabalho o fundamento do ser humano, Antônio Bispo dos Santos compreende que a objetificação e transformação da natureza mediante o trabalho é a base para o humano e o (des)envolvimento (2023). De tal forma, ele renuncia ao trabalho, defendendo o envolvimento em oposição ao (des)envolvimento e, assim, renuncia também ao estatuto de humano: “eu não sou humano, sou quilombola” (SANTOS, 2023, p. 24). Assim, essa conexão entre renúncia ao trabalho e renúncia ao humano, apesar de não estar dialogando explicitamente com a Teoria do Capital Humano, pode indicar um caminho interessante: ao invés de investir em capital humano, “investir” na renúncia à corrida pela humanização e apostar nas figuras marginalizadas pelo capital humano. Tal direcionamento segue o rastro de Preciado, que pontua que a contrassexualidade deve buscar as falhas da estrutura do texto, como os corpos intersexuais, trans, entre outros (2014, p. 27), e aponta que os anormais e as monstruosidades são importantes potências políticas (2011).

Sendo assim, podemos pensar: a que tipo de intervenções o corpo pode servir como potência em uma política pós-humana dos anormais-vagabundos? No que diz respeito a táticas contraespecistas pautadas na subversão da Teoria do Capital Humano, é possível traçar um paralelo com as quatro práticas contrassexuais apontadas por Preciado como centrais na política dos anormais (2011): desidentificação, identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual.

Em relação à desidentificação, uma tática contraespecista é a dissidência de espécie, que vem sendo reivindicada, sobretudo, por pessoas marginalizadas e excluídas da “norma mítica” (LORDE, 2019) e que se desinteressaram ou foram impossibilitados de entrar na corrida sem fim da humanização por meio do capital humano. Um exemplo disso é a postura, anteriormente mencionada, de Antônio Bispo (2023). No que se refere às identificações estratégicas, podemos citar as identificações com termos como “vagabundo”, “monstro”, “aberração”, dentre outros, que são transformadas de identificações negativas em “possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização, atentas ao poder totalizante dos apelos à ‘universalização’”(PRECIADO, 2011, p. 15).

A respeito dos desvios das tecnologias do corpo, é importante refletir sobre tecnologias de produção de espécie e, como Preciado (2014, p. 109) apontou, existem linhas tecnológicas veterinárias relevantes para o estudo da produção diferencial animal e humana e que têm relações diretas com a produção da feminilidade histórica e lésbica, da corporiedade negra e da animalidade. Igualmente relevante é a recontextualização de algumas dessas tecnologias por sujeitos *queer* (PRECIADO, 2014), em especial em contextos de BDSM (*Bondage*, Dominação, Sadismo e Masoquismo), como o uso de coleiras e *harness* e as próprias práticas de *pet play* e as performances *furry*. Além dessas, outras próteses como as orelhas de elfo (geralmente removíveis e de borracha) entram no arsenal de possibilidades de tecnologias contraespecistas.

Por fim, a desontologização do sujeito da política sexual pode ser pensada nos termos da crítica conceitual e prática à categoria de humano e seus efeitos excludentes, bem como às categorias de natureza e animal. Por meio dessas táticas, pode-se abrir caminho para a “multidão de diferenças”, que não são representáveis, porque são monstruosas, colocando em questão tanto os regimes de representação política quanto os de produção de saberes científicos (PRECIADO, 2011, p. 18).

## **7. Conclusão.**

Como foi possível notar a partir dessa breve análise das concepções de natureza, animal e de humano na Teoria do Capital Humano e das consequências dessas concepções para a operação cotidiana do capitalismo neoliberal, estamos lidando, em nosso dia-a-dia, com um conceito de humano que transcende a noção de espécie da biologia, admitindo a construção tecnológica como determinante. Também foi possível notar como se opera com um conceito de animal e de natureza, entendidos como igualmente passíveis de serem construídos tecnologicamente.

Ao mesmo tempo, a agência da Teoria do Capital Humano sobre nossas vidas reforça uma série de desigualdades, hierarquias e explorações, também abre caminho para pensar a desconstrução das noções acima mencionadas. Tal desconstrução trata-se de um pulo no escuro – com todas as belezas e medos que tal salto provoca – necessário à superação das opressões que tais categorias sustentam. É a reivindicação da destruição das barricadas da especiação e do humanismo em prol da existência entendida como emaranhado, como Mundo Implicado, em que tudo está implicado em todo o resto e identidades e diferenças, como a

diferença entre humano e não humano, perdem o potencial explicativo (SILVA, 2019). As táticas contraespecistas mencionadas anteriormente anunciam esse Mundo Implicado, mas cabe ainda, a partir do prosseguimento desta pesquisa, investigar outras táticas, bem como outros efeitos que a normatividade do capital humano produz sobre os corpos – e que novos corpos ela é capaz de produzir.

## **7. Referências Bibliográficas**

BEEFPOINT. Animais transgênicos: o começo de uma nova era? Beefpoint, 31 mai. 2010. Disponível em:

<<https://beefpoint.com.br/animais-transgenicos-o-comeco-de-uma-nova-era-63217/>>. Acesso em 25 out. 2024.

BOURCIER, M. *Prefácio*. In: PRECIADO, Paul. Manifesto contrassexual: Práticas subversivas da identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 9-15.

COELHO, C. C. *Ontofagia - um materialismo mágico*: a bruxa, a ciborgue, a vegana, o canibal, o cristo, o vírus, o zumbi, o capital, a natureza e os bichos. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021. 170 p.

COSTA, S. S. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 70, p. 171-186, mai./ago. 2009. ISSN: 0100-3143. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299>>. Acesso em 25 out. 2024.

DARDOT, P; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 412 p.

DELEUZE, G. *Post scriptum sobre as sociedades de controle*. In: \_\_\_\_\_. s. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Capítulo 1*: as máquinas desejanter. In: \_\_\_\_\_. O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1. [1.ed.] São Paulo: Ed.34, 2010. p. 11-71.

DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora, 2021. 348 p.

FISHER, M. *Realismo capitalista*: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 1.ed., 2020. 207 p.

GONZÁLEZ, A. G. Deshacer la especie: hacia un antiespecismo en clave feminista queer. *Revista Tei*, Irati, v.10, n.2, p.45-70, jul/dez. 2019. ISSN 2177-6644. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/13797>>. Acesso em 25 out. 2024.

JOHNSTON, J. O. *Posthuman capital and biotechnology in contemporary novels*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2019. 220 p.

KAFKA, F. *O Processo*. Cotia - SP: Pé da Letra, 2018. 279 p.

KAFKA, F. *Um relato para uma academia*. [s.d.]. Disponível em: <https://antropofagias.com.br/2023/03/22/um-relato-para-academia-franz-kafka/>. Acesso em: 25 out. 2024.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos*, mar. 2010. ISSN 0101-3300. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/>. Acesso em 25 out. 2024.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. A técnica como capital e o capital humano genético. *Novos estudos*, v. 80, p.127-139, mar. 2009a. ISSN 0101-3300. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/9Yt3VwKcXRZty9KjX3sgvGB/>. Acesso em 25 out. 2024.

\_\_\_\_\_. O consumo como investimento: a teoria do capital humano e o capital humano como *ethos*. *Mediações*, Londrina, v.14, n.2, p.217-230, jul./dez., 2009b. eISSN 2176-6665. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4515>. Acesso em 25 out. 2024.

\_\_\_\_\_. O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. 2004. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

LORDE, A. *Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Conceitos feministas: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 246-256.

MARX, K. *Capítulo I: Mercadoria*. In: \_\_\_\_\_. *O Capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 157-218.

\_\_\_\_\_. “Introdução [I. Produção, consumo, distribuição, troca (circulação)]”. In: \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 54-95.

PRECIADO, P. Eu sou o monstro que vos fala. *Cadernos PET Filosofia*, Curitiba, v.22, n.1, pp. 278-331, 2022. ISSN 2764-9792. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/88248>. Acesso em 25 out. 2024.

\_\_\_\_\_. *Manifesto contrassexual: Práticas subversivas da identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014. 223 p.

\_\_\_\_\_. Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, jan./abr. 2011. ISSN 1806-9584. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhXHdww/>. Acesso em 25 out. 2024.

SANTOS, A. B. *a terra dá, a terra quer*. Ubu, 2023. 112 p.

SCHULTZ, T. W. Investment in man: an economist's view. *The Social Service Review*, v. 23, n. 2, p.109-117, 1959. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/30016430>>. Acesso em 25 out. 2024.

SILVA, D. F. *A dívida impagável*: Uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo.. São Paulo: Zahar, 2019. 400 p.